




Política de Gestão de Risco de Liquidez

Área de Risco


Versão 2024.1

Entrada em Vigor: 04/07/2024


	Política de Gestão de Risco de Liquidez	
	Versão:2024.1	Entrada em vigor: 04/07/2024

Sumário

Documentos Vinculados a Esta Política	4
Capítulo I - Objetivo e Abrangência.....	5
Seção I - Princípios.....	5
Capítulo II - Regras Gerais.....	6
Seção I - Responsabilidades.....	6
Seção II - Estrutura Funcional	7
Subseção I - Fóruns de Avaliação e Monitoramento dos Riscos	7
Subseção II - Fluxo de informações	7
Seção III - Política de Gestão do Risco de Liquidez.....	7
Subseção I - Fechamento de Mercados ou Iliquidez Excepcional dos Ativos.....	8
Subseção II - Side Pocket	8
Subseção III - Fóruns, Comitês ou Organismos Equivalentes para Assuntos Referentes à Gestão do Risco de Liquidez.....	10
Subseção IV - Hierarquia na Decisões.....	10
Subseção V - Independência da Área de Risco	10
Subseção VI - Gerenciamento de Conflito de Interesses.....	10
Subseção VII - Gerenciamento de Rompimento de Limites	10
Capítulo III - Metodologia do Processo	11
Seção I - Ativos dos Fundos de Investimento	11
Subseção I - Tamanho da Posição versus Volume Negociado.....	11
Subseção II - Liquidity Duration.....	11
Subseção III - Liquidity Duration de Ativos Ilíquidos de Bolsa.....	12
Subseção IV - Liquidity Duration de Fundos de Terceiros	12
Subseção V - Avaliação de Liquidez de Fundos de Terceiros (RCVM 175, art. 92, § 3º, III)	13
Subseção VI - Volume Investido em Fundos de Terceiros	13
Subseção VII - Liquidity Duration de Ativos Utilizados Como Margem, Ajustes e Garantias	13
Seção II - Análise do Comportamento do Passivo dos FIF.....	14
Subseção I - Resgates em Condições Ordinárias	14
Subseção II - Grau de Dispersão do Passivo	14


	Política de Gestão de Risco de Liquidez	
	Versão:2024.1	Entrada em vigor: 04/07/2024

Subseção III -	Prazo de Resgate e Janelas de Observação	14
Subseção IV -	Alocadores, Distribuidores e Outros Gestores	15
Subseção V -	Atenuantes e Agravantes	15
Seção III -	Testes de Stress.....	15
Subseção I -	Estudo de Efetividade do Teste de Stress	15
Subseção II -	Teste de Stress.....	16
Capítulo IV -	Disposições Gerais.....	16
Seção I -	Soft e Hard Limits	16
Seção II -	Proibições	16
Subseção I -	<i>Short Term Borrowings</i> (OC CVM 10/18)	16
Seção III -	Situações não Previstas nessa Política	17
Anexo I.	Controle de Versão	18

	Política de Gestão de Risco de Liquidez	
	Versão:2024.1	Entrada em vigor: 04/07/2024

Documentos Vinculados a Esta Política

Documentos	Finalidade
Política de Gestão de Risco	Definir uma política de gestão de risco consistente e passível de verificação que permita o monitoramento, a mensuração e o ajuste permanentes dos riscos inerentes adequada para a política de investimento e estratégia do fundo sob gestão e da estratégia da Monte Capital .

	Política de Gestão de Risco de Liquidez	
	Versão:2024.1	Entrada em vigor: 04/07/2024

CAPÍTULO I - OBJETIVO E ABRANGÊNCIA

A **Monte Capital** apresenta a presente Política de Gestão de Risco de Liquidez (“Política”), a qual é vinculada à Política de Gestão de Risco. A presente Política foi elaborada de acordo com a legislação vigente e alinhado às Regras e Procedimentos do Código ANBIMA de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros (CAGRT).


Esta Política tem como objetivo disciplinar os procedimentos de controle e gerenciamento de liquidez dos fundos de investimento abertos, não exclusivos sob gestão da **Monte Capital** a fim de mitigar tal risco.

Apesar da Monte Capital adotar os procedimentos aqui descritos, ela não garante a eliminação dos riscos presentes da carteira dos Fundos¹.

Seção I - Princípios

- **Melhores Práticas:** o processo e a metodologia desta Política devem seguir as melhores práticas de mercado.
- **Comprometimento:** os Colaboradores da **Monte Capital**, independentemente de sua função exercida, devem estar comprometidos em seguir as políticas, práticas e controles internos necessários ao cumprimento desta Política.
- **Consistência:** as informações a serem utilizadas no processo de gestão de risco de liquidez devem ser obtidos de fontes externas independentes e seguir o princípio da Equidade. Quando da impossibilidade dos dados serem obtidos de fontes externas independentes, a metodologia e premissas devem ser únicas para todos os fundos. Os dados privados devem seguir metodologia devidamente documentada para a sua captura e deve ser passível de verificação por terceiros.
- **Compliance:** esta Política deve estar em conformidade com as Regras e Procedimentos da ANBIMA, bem como as metodologias e procedimentos adotados devem ser passíveis de verificação pelos administradores fiduciários dos fundos sob gestão da **Monte Capital** e da área de Supervisão da ANBIMA.
- **Transparência:** tanto esta Política quanto visitas para conhecer os procedimentos da **Monte Capital** estão disponíveis a todos os cotistas.
- **Formalismo:** o processo aqui descrito deve ser seguido pela área de gestão de risco e todos os documentos referentes às suas decisões devem ser guardados e passíveis de serem auditáveis.


¹ Vide item III – Introdução da Política de Gestão de Risco.

	Política de Gestão de Risco de Liquidez	
	Versão:2024.1	Entrada em vigor: 04/07/2024

CAPÍTULO II - REGRAS GERAIS

Seção I - Responsabilidades

Área/ Comitê	Responsabilidades
Risco	<ul style="list-style-type: none"> Revisar a presente Política anualmente ou quando achar necessário; Elaborar e executar os controles de gerenciamento do risco de liquidez nos termos dessa política; Apresentar ao Comitê de Investimentos os controles na frequência definida para cada fundo e as medidas tomadas; Encaminhar, na frequência definida, os relatórios de controle de liquidez; Notificar tempestivamente os membros do Comitê de Investimento e a Compliance os desenquadramentos; Notificar tempestivamente o administrador fiduciário, a área de Compliance e o Comitê de Investimentos nos casos de fechamento de mercado, atuando em conjunto com o administrador fiduciário nas ações requeridas; e Guardar toda a documentação que fundamenta o processo de gestão do risco de liquidez por pelo menos 5 (cinco) anos.
Compliance e Controles Internos	<p>Encaminhar aos administradores fiduciários uma cópia marcada das alterações da presente Política;</p> <p>Realizar o upload no SSM da presente Política até 15 dias após a sua alteração;</p> <p>Gerenciar o cumprimento das obrigações aqui assumidas; e</p> <p>Controlar o desenquadramento e o efetivo reenquadramento dos fundos.</p>
Gestão	<ul style="list-style-type: none"> Seguir os limites de gestão do risco liquidez estabelecidos; Seguir as deliberações do comitê de investimento; e No caso de desenquadramento, atuar dentro do prazo estabelecido nesta Política para reenquadrar o fundo.
Comitê de Investimento	<ul style="list-style-type: none"> Aprovar as alterações a presente Política; Aprovar os limites de gestão do risco de liquidez; Analisar os controles de risco de liquidez e definir ações requeridas;

	Política de Gestão de Risco de Liquidez	
	Versão:2024.1	Entrada em vigor: 04/07/2024

	<ul style="list-style-type: none"> Tomar decisão com relação aos níveis de ocupação e extrapolação dos limites de liquidez; Definir o plano de ação nos casos de fechamento dos mercados ou iliquidez excepcional dos ativos.
Relações com Investidores	<ul style="list-style-type: none"> Entrar em contato com as plataformas nos casos de fechamento de mercado ou iliquidez excepcional dos ativos para explicar o plano de ação a ser efetuado.

Seção II - Estrutura Funcional

A área de Risco é responsável pelo monitoramento/controlado do gerenciamento do risco de liquidez.

A área de Risco responde exclusivamente para o Diretor de Risco, Compliance, PLD/FTP e Controles Internos. A área de Risco da **Monte Capital** é independente da área de gestão e possui autonomia para (i) definir os controles, análise e monitoramento dos riscos, e (ii) vetar operações que não estejam de acordo com as políticas da **Monte Capital**. É responsabilidade dessa área verificar o cumprimento desta Política.

Quanto as suas responsabilidades, vide Seção I do Capítulo II.

Quanto ao número de profissionais que atuam na área de Risco, vide Formulário de Referência, o qual pode ser encontrado tanto no site da **Monte Capital** quanto no site da CVM.

Subseção I - Fóruns de Avaliação e Monitoramento dos Riscos

O Comitê de Investimento tem seus objetivos, composição, frequência e periodicidade definidos na Política de Gestão de Riscos.

Subseção II - Fluxo de informações


Todo processo de gestão de risco segue o mesmo processo. Desta forma, vide Política de Gestão de Riscos.

Todo processo de gestão do risco de liquidez deve ser documentado e os documentos devem ser guardados por 5 (cinco) anos.

Seção III - Política de Gestão do Risco de Liquidez

A presente Política deve ser revista:

- pelo menos uma vez ao ano,

	Política de Gestão de Risco de Liquidez	
	Versão:2024.1	Entrada em vigor: 04/07/2024

- quando identificado que há uma oportunidade de melhoria nos controles, e/ou
- quando solicitado por um administrador fiduciário ou pela própria ANBIMA.

O Monte Capital pode fazer uso das ferramentas de gestão de liquidez, desde que inclua essa possibilidade no acordo com o administrador fiduciário e no regulamento dos fundos de investimento, de modo a dar ciência aos cotistas e potenciais cotistas da possibilidade de uso dessas ferramentas.

As ferramentas que a Monte Capital pode utilizar para fazer a gestão de liquidez de seus fundos escopo dessa Política nos casos de situações excepcionais, extremas, imprevisíveis e passíveis de verificação são barreiras de resgate e criação de *side pocket*.

Para o processo de governança da gestão do risco de liquidez, vide Seção anterior.

Para a metodologia, vide Capítulo III.

A tomada de decisão com relação aos níveis de ocupação e extrapolação dos limites de liquidez é feita no Comitê de Investimentos. Este sistema elabora relatórios e alertas nos termos da metodologia do Capítulo III desta Política.

Subseção I - Fechamento de Mercados ou Iliquidez Excepcional dos Ativos


No caso de fechamento dos mercados ou de iliquidez excepcional dos ativos que os fundos possuam posição, a **Monte Capital** deve comunicar tempestivamente o administrador fiduciário para tomar as providências nos termos da legislação e autorregulação em vigor (vide RCVM 175, CAGRT e Regras e Procedimentos ANBIMA de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros).

Vide Seção I (Responsabilidades) do presente Capítulo para verificar as responsabilidades de cada área nessas situações.

O plano de ação e sua implementação, inclusive a adoção de *Side Pocket* (vide item abaixo), dependerão caso a caso da situação. Deve-se levar em conta os resgates programados, o prazo de seu atendimento, os resgates esperados, a expectativa de normalização dos mercados, potenciais impactos que a iliquidez possa trazer a rentabilidade do fundo.

Subseção II - Side Pocket

Em situações excepcionais, extremas e imprevisíveis de iliquidez ou de crédito em uma parcela dos ativos da carteira, pode-se utilizar como mecanismo de gestão de liquidez a cisão da parcela ilíquida da carteira da classe de investimento (“Classe Cindida” ou “Classe Original”) em uma nova classe de investimento (“Classe Cindenda” ou “*Side*

	Política de Gestão de Risco de Liquidez	
	Versão:2024.1	Entrada em vigor: 04/07/2024


Pocket”). Com o *Side Pocket*, não é necessário fechar para resgates a Classe Cindida e, ao mesmo tempo, não privilegiar cotistas que queiram sair da Classe Cindida em detrimento dos que ficaram.

As seguintes condições, procedimentos e obrigações devem ser cumpridas:

- i. Só é permitido se houver previsão no regulamento quanto (i) a criação do *Side Pocket*, sem a necessidade de assembleia de cotistas, não sujeita às regras ordinárias de limite de composição e concentração de carteira previstos na regulação em razão de ter sido estruturado por questões excepcionais, e (ii) a cisão, em conjunto com os ativos ilíquidos, de parcela líquida da carteira destinada ao pagamento de despesas e encargos destinadas à manutenção da Classe Cindida do fundo descrevendo o critério utilizado para o cálculo da parcela líquida cindida;
- ii. A gestora deverá, previamente a criação do *Side Pocket*, garantir que os ativos objeto de cisão sejam transferidos a valor justo, considerando a expectativa de perda decorrente dos ativos objeto da cisão, conforme manuais e critérios adotados pelo administrador fiduciário;
- iii. A gestora deverá informar imediatamente ao administrador para que este imediatamente divulgue fato relevante,
- iv. A cobrança de taxa de performance na Classe Cindida será permitida somente se prevista na Classe Cindida e deverá considerar a perda decorrente dos ativos objeto da cisão de modo a não onerar indevidamente os cotistas;
- v. A cisão não pode resultar em aumento dos encargos atribuídos à classe de cotas; e
- vi. Será permitida a reincorporação da parcela cindida na classe original, somente quando: permanecerem na Classe Cindida os mesmos cotistas e na mesma proporção de cotas de quando realizada a cisão; o ativo voltar a ter liquidez e marcação a mercado; e na hipótese de realização e aprovação de assembleia geral de cotistas na classe original.

A Classe Cindida deve descrever, detalhadamente, o evento que gerou a cisão, assim como, os ativos envolvidos no momento da sua criação. Adicionalmente, a denominação da Classe Cindida deve ser a mesma da original acrescida do sufixo “veículo de propósito específico” devendo fazer referência ao evento que gerou a cisão.

Será permitido o cancelamento ou adiamento dos pedidos de resgates ainda não convertidos e/ou não liquidados conforme disposto no anexo de cada classe.

	Política de Gestão de Risco de Liquidez	
	Versão:2024.1	Entrada em vigor: 04/07/2024

As decisões inerentes aos processos preliminares, assim como necessidades dos possíveis desdobramentos que se decorram a partir da utilização do *Side Pocket*, serão tomadas pelo Comitê de Investimentos.

Subseção III - Fóruns, Comitês ou Organismos Equivalentes para Assuntos Referentes à Gestão do Risco de Liquidez

Vide item IV.1.3 da Política de Risco para verificar as regras de governança do Comitê de Investimento.

O processo de tomada de decisão do Comitê de Investimentos quanto ao assunto de gestão de liquidez tem como princípio o Voto de Qualidade (aprovação final) pelo Diretor de Risco que tem poder de veto nas situações em que entenda que o risco de liquidez possa aumentar significativamente.

Subseção IV - Hierarquia na Decisões

As decisões do Comitê de Investimento devem prevalecer sobre as opiniões das áreas da **Monte Capital**, respeitando a governança estabelecida na Subseção II acima.

Subseção V - Independência da Área de Risco

A independência da área de Risco é garantida pela estrutura societária, pelo processo de governança e pelo nosso Código de Ética.

Vide caput da Seção II.

Subseção VI - Gerenciamento de Conflito de Interesses


Todas as decisões são feitas via Comitê de Investimentos para evitar situações de potencial conflito de interesses.

Subseção VII - Gerenciamento de Rompimento de Limites

A área de risco é responsável por monitorar os limites e, nos casos de seu rompimento, ela deve convocar o Comitê de Investimento para deliberar sobre o reenquadramento e o plano de ação.

O Plano de ação deve levar em consideração todos os fatores elencados na Subseção I.

Vide Seção I – Responsabilidades para verificar a responsabilidade de sua área nessas situações.

	Política de Gestão de Risco de Liquidez	
	Versão:2024.1	Entrada em vigor: 04/07/2024

CAPÍTULO III - METODOLOGIA DO PROCESSO

Seção I - Ativos dos Fundos de Investimento

Subseção I - Tamanho da Posição versus Volume Negociado

Finalidade: verifica a participação de um determinado ativo da carteira em relação ao volume negociado no mercado do ativo.

Aplicabilidade: todos os ativos com negociação em ambiente de bolsa ou que possuam um mercado onde compradores e vendedores disponibilizem suas ofertas de compra ou venda, respectivamente.

Forma: mede o percentual que a posição do fundo e a **Monte Capital** possuem em relação à média dos volumes financeiros médios negociados do ativo nos últimos 30 pregões.

Medição:

$$TPVN = \text{Posição} / (\text{volume médio})$$

Limite: a posição do ativo no fundo pode ser de até 10 (dez) vezes o volume médio. Em determinados casos, pode-se admitir uma posição maior desde que seja observada a composição do portfólio do fundo.

Subseção II - Liquidity Duration


Finalidades:

- Cálculo de suporte para verificar a adequação do fundo de investimento à cotização, à liquidação de resgates e ao perfil do passivo.
- Verificação do número de dias necessários para vender as ações de uma carteira sem que esta liquidação gere significativo impacto negativo no preço de uma ação.

Aplicabilidade: todos os ativos com negociação em ambiente de bolsa ou que possuam um mercado onde compradores e vendedores disponibilizem suas ofertas de compra ou venda, respectivamente.

Forma: mede a quantidade de pregões que se leva para vender toda a posição de certo ativo, trazendo o menor impacto possível ao preço do mesmo.

Medição do LD por ativo:

	Política de Gestão de Risco de Liquidez	
	Versão:2024.1	Entrada em vigor: 04/07/2024

$$LD = Qtde / (Vol * Perc)$$

Onde:

Qtde = quantidade de um determinado ativo possuída pelo fundo de investimento

Vol = volume médio ponderado pelos dias dos volumes financeiros médios negociados do ativo nos últimos 30 pregões

Perc = percentual do volume negociado no mercado. Entende-se que o percentual utilizado deve ser suficiente para que o preço de mercado não sofra impacto significativo. Atualmente *Perc* é igual a 30% (trinta por cento).

Subseção III - Liquidity Duration de Ativos Ilíquidos de Bolsa

Todo ativo negociado em bolsa é considerado ilíquido quando a média dos 30 (trinta) últimos pregões for igual a zero.

Finalidade: determinar o liquidity duration de ativos ilíquidos negociados em bolsa.

Forma: mede a quantidade de dias para liquidar uma posição na bolsa.

Medição do LD de ativos ilíquidos:

$$LD = \min (\text{prazo vencimento}; \text{prazo usual de negociação com contraparte})$$

Caso não haja prazo de vencimento, considera-se o dobro do prazo de liquidação do fundo gerido da **Monte Capital**.

Aplicabilidade: todos os ativos ilíquidos com negociação em ambiente de bolsa ou que possuam um mercado onde compradores e vendedores disponibilizem suas ofertas de compra ou venda, respectivamente.

Subseção IV - Liquidity Duration de Fundos de Terceiros


Fundo de terceiros são todos os fundos cuja gestão não é de nenhuma da **Monte Capital** e uma delas realiza investimentos nestes via fundos sob sua gestão.

Finalidade: verificar se os fundos investidos possuem liquidez adequada frente às obrigações do fundo da **Monte Capital**.

Forma: mede a quantidade de dias para receber o resgate financeiro do fundo investido.

Medição do LD de fundo de terceiros:

$$LD \text{ Fundo} = \text{prazo entre o pedido de resgate e a liquidação deste}$$

	Política de Gestão de Risco de Liquidez	
	Versão:2024.1	Entrada em vigor: 04/07/2024

Subseção V - Avaliação de Liquidez de Fundos de Terceiros (RCVM 175, art. 92, § 3º, III)

Caso o fundo invista em cotas de outros fundos de investimento, o administrador e o gestor devem, em conjunto e diligentemente, avaliar a liquidez do fundo investido considerando, no mínimo, o volume investido, as regras de pagamento de resgate do fundo investido, e os sistemas e ferramentas de gestão de liquidez utilizados pelo administrador e gestor do fundo investido.

Portanto, a **Monte Capital** deverá solicitar aos gestores suas políticas de gestão de liquidez e a descrição dos seus sistemas e ferramentas para a execução das políticas.

Caso os controles não cumpram com o mínimo exigido pela regulamentação em vigor, os fundos sob gestão da **Monte Capital** não poderão investir nos fundos que não cumpram a regulamentação em vigor.

Subseção VI - Volume Investido em Fundos de Terceiros

Finalidade: verificar se o volume investido em fundos de terceiros representa um risco de liquidez significativo para o fundo da **Monte Capital**.

Forma: mede o percentual do volume do fundo da **Monte Capital** investido em fundo de terceiros sobre o patrimônio líquido deste fundo.

Limite: para o risco de liquidez, os fundos da **Monte Capital** podem investir até o limite máximo definido no regulamento do fundo, observando a composição do portfólio do fundo. Para os demais riscos envolvidos, vide Política de Gestão de Riscos.

Subseção VII - Liquidity Duration de Ativos Utilizados Como Margem, Ajustes e Garantias

Os ativos depositados como garantia ou margem terão seu liquidity duration igual ao liquidity duration do ativo que está garantindo ou sendo utilizado como margem.


Aplicabilidade: todos os ativos depositados em margem ou dados em garantia com negociação em ambiente de bolsa ou que possuam um mercado onde compradores e vendedores disponibilizem suas ofertas de compra ou venda, respectivamente.

Medição:

$$LD = LDG$$

Onde:

LDG = Liquidity Duration do ativo que está sendo garantido ou “margeado”

	Política de Gestão de Risco de Liquidez	
	Versão:2024.1	Entrada em vigor: 04/07/2024

Para todos os ativos, são aplicados os critérios das subseções II a VII para as janelas de resgate.

Seção II - Análise do Comportamento do Passivo dos FIF

Subseção I - Resgates em Condições Ordinárias

Utilizamos a matriz de probabilidade divulgada pela ANBIMA para estimar os resgates em condições ordinárias de acordo com as janelas disponibilizadas de acordo com o tipo de fundo.

Quanto ao segmento do cotista, adotamos a maior probabilidade para o vértice considerado. Desta forma, adotamos uma postura mais conservadora.

Além disso, medimos o grau de concentração dos cotistas e em quanto tempo conseguimos honrar um resgate de 100% do maior cotista e 50% dos 3 maiores cotistas.

O fundo deve atender a essas situações dentro dos prazos analisados (janelas de prazo definidas pela ANBIMA, ajustadas pelo prazo de resgate do fundo).

A **Monte Capital** não adota ainda nenhum limite de concentração para o passivo do fundo.

Subseção II - Grau de Dispersão do Passivo

Para grau de concentração do passivo, vide Subseção I acima.

Diferentemente da ANBIMA, a CVM exige a medição do grau de dispersão do passivo. Desta forma:

Finalidade: medir a concentração da propriedade das cotas.


Forma: medir a média e a dispersão da propriedade das cotas.

Medição: média e desvio padrão da propriedade das cotas.

Subseção III - Prazo de Resgate e Janelas de Observação

Para os resgates estimados em condições ordinárias, levamos em consideração os prazos das janelas definidas pela ANBIMA para definir o pedido de resgate e projetamos quando o resgate será liquidado. O fundo deve ter liquidez suficiente para atender a essas demandas estimadas.

Para os resgates já solicitados, controlamos o prazo remanescente até a liquidação do resgate e a liquidez dos ativos que precisam ser vendidos para honrar os pedidos dos cotistas.

	Política de Gestão de Risco de Liquidez	
	Versão:2024.1	Entrada em vigor: 04/07/2024

Subseção IV - Alocadores, Distribuidores e Outros Gestores

O gerenciamento do risco de liquidez para este tipo de agente de mercado é feito levando em consideração como se cada alocar, distribuidor e gestor fosse um cotista individual, aplicando-se as regras das subseções anteriores de forma igual.

Subseção V - Atenuantes e Agravantes

Em função da estratégia de gestão que utilizamos, não adotamos nenhum atenuante ou agravante na gestão do risco de liquidez.

Seção III - Testes de Stress

Stress de mercado é uma situação em que os mercados deixam de funcionar de forma regular, tipicamente caracterizado por rápidas e grandes quedas nos preços dos ativos negociados. Elas têm origem em negociações incomuns (e.g., crash) ou em anomalias de mercado derivadas de condições macroeconômicas que gerem grande instabilidade nos mercados financeiros (e.g., crise de 2008, crise da Ásia). Em ambos os casos, a ruptura cria pânico generalizado e resulta em condições de mercado desordenadas.

Portanto, stress de mercado é caracterizado por (i) uma grande perda de valor dos ativos, (ii) maior volatilidade de preços, (iii) qualquer impedimento legal, regulatório ou contratual para sua negociação (e.g., circuit break) e/ou (iv) perda da liquidez dos ativos.


O Teste de Stress simula situações parecidas com stress de mercado passados, levando em consideração as movimentações do passivo, liquidez dos ativos, obrigações e a cotização do fundo. (RCVM 175, art. 93º)

Baseado em crises passadas, o Teste de Stress determina a necessidade de caixa requerida para honrar as obrigações do fundo quanto ao seu fluxo de caixa, principalmente seus resgates.

Subseção I - Estudo de Efetividade do Teste de Stress

Em função do perfil dos investidores de cada fundo e da política de investimento deste, o passivo assume um comportamento diferenciado em Stress de Mercado. Nas situações em que o fundo tiver histórico passando por estes períodos, a **Monte Capital** procede da seguinte forma:

- Realiza estudo da correlação entre rentabilidade, volatilidade e resgate dos fundos no Stress de Mercado e em condições ordinárias,
- E, se a correlação for menor que 0,1 (correlação fraca), o Teste de Stress não é efetivo. Caso contrário, o mesmo deve ser efetuado mensalmente.

	Política de Gestão de Risco de Liquidez	
	Versão:2024.1	Entrada em vigor: 04/07/2024

Para as situações em que o fundo gerido pela **Monte Capital** não tiver histórico em momento de Stress de Mercado, deve-se tomar como base a matriz de probabilidade da ANBIMA em situações de stress (e.g., primeira onda da pandemia do COVID-19).

Subseção II - Teste de Stress

Dado um cenário de stress em que haja a matriz de probabilidade da ANBIMA (e.g., primeira onda da pandemia do COVID-19), estimar o comportamento e enquadramento do fundo.

CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I - Soft e Hard Limits

Para as situações em que, para as primeiras 3 janelas de prazo definidas pela ANBIMA, o fundo consiga atender de 100% a 120% da demanda efetiva e estimada de liquidez, o gestor deve ser alertado e o prazo de confecção dos relatórios de liquidez devem seguir os prazos definidos.


Para as situações em que o fundo desenquadre a demanda estimada de liquidez, o gestor deve ser alertado, o comitê de Investimento deve se reunir para traçar um plano de ação e a frequência de elaboração dos relatórios de liquidez deve ser maior, de acordo com o que for definido no plano de ação.

Seção II - Proibições

Subseção I - *Short Term Borrowings* (OC CVM 10/18)

De acordo com a área técnica da CVM, os empréstimos de curto prazo alavancam o fundo justamente em situações de estresse, agregam um risco de contraparte, amplificam o risco de transferência de riqueza entre cotistas do fundo e, por fim, incentivam um comportamento leniente do administrador e do gestor do fundo em relação à gestão de liquidez, que já deve estimar cenários de estresse para a determinação do montante de ativos líquidos em carteira. Por essas razões, na avaliação da CVM tal ferramenta oferece desvantagens desnecessárias em relação ao fechamento do fundo para resgates já previsto no artigo 44 da Resolução CVM 175.


Desta forma, a área de gestão está proibida de doar papéis no curto prazo para gerar caixa e assim honrar as obrigações do fundo.

	Política de Gestão de Risco de Liquidez	
	Versão:2024.1	Entrada em vigor: 04/07/2024

Seção III - Situações não Previstas nessa Política

Todas as situações não previstas nessa Política e identificadas por qualquer colaborador da **Monte Capital**, prestador de serviço, cotista, entidade fiscalizadora ou regulador devem ser levadas tempestivamente ao conhecimento do Diretor de Risco e Compliance de forma que ele atue da seguinte forma:

- Avalie e documente a situação identificada;
- Convoque extraordinariamente o Comitê de Investimento;
- Adeque esta Política e a atualize na ANBIMA;
- Instrua as áreas de gestão e de risco quanto aos novos procedimentos.

	Política de Gestão de Risco de Liquidez	
	Versão:2024.1	Entrada em vigor: 04/07/2024

ANEXO I. CONTROLE DE VERSÃO

Versão	Data	Nome	Ação (Elaboração, Revisão, Alteração)	Conteúdo
2022.1	15/02/2022	IGMC	Alteração	Adequação as novas normas da ANBIMA
	16/02/2022	Diretoria Monte Capital	Aprovação	Entrada em vigor: 28/02/2022
2023.1	08/05/2023	IGMC	Revisão	Revisão Anual
	30/05/2023	Diretoria Monte Capital	Aprovação	Entrada em vigor: 02/06/2023
2024.1	03/06/2024	IGMC	Revisão	Revisão periódica
	04/07/2024	Diretoria Monte Capital	Aprovação	Entrada em vigor: 04/07/2024